

Crescimento Econômico, Crescimento Includente, Crescimento Sustentável ou Crescimento Zero?

João Paulo de Almeida Magalhães
Economista e pesquisador do Centro de Estudos para
o Desenvolvimento do CORECON/RJ

Introdução

A Economia do Desenvolvimento, em seu início, concentrava toda a análise nos meios e modos de elevar o PIB com a rapidez necessária para eliminar o atraso econômico dos países subdesenvolvidos. Era o crescimento econômico. Posteriormente, surgiu a preocupação de fazer com que a elevação do PIB se traduzisse em elevação dos padrões de vida dos grupos de menor renda (crescimento includente) e não significasse agressão ao meio ambiente (crescimento sustentável). Essa evolução vai se refletir, por exemplo, no Relatório de 2008 do Banco Mundial encomendado a grupo selecionado de 18 economistas, entre os quais dois Prêmios Nobel. Relatório que recebeu o título de *Growth Report – Strategy for Sustained Growth and Inclusive Development*.

Sucedem que a preocupação com a distribuição de renda e meio ambiente embora correta, é frequentemente distorcida, no sentido de as propostas de caráter social e medidas e relativas ao meio ambiente, serem priorizadas em relação ao crescimento econômico, ou seja, à elevação do PIB. Nas linhas abaixo mostraremos que, embora corretas a defesa da includente e da sustentabilidade, os objetivos por elas visados só podem ser alcançados no contexto de um crescimento que leve à eliminação do atraso econômico. Começaremos por recapitular a origem e causas da preocupação com o crescimento econômico para fazer, em seguida, o mesmo com relação à distribuição de renda e meio ambiente. Para concluir examinaremos a proposta que começa a ser recolocada do crescimento zero.

Crescimento econômico

O crescimento econômico constituiu preocupação central da Escola Clássica que, com Adam Smith criou a Ciência Econômica. Seus autores acreditavam, todavia, na existência de forças que levariam ao colapso do crescimento pelo que a Economia foi chamada, por alguns, de uma *dismal science*.

Em Guellec e Ralle (2003) vamos encontrar excelente síntese da visão dessa corrente sobre o crescimento econômico. Segundo eles, os autores clássicos levavam em conta no crescimento econômico três agentes básicos, o empresário agrícola, o empresário não agrícola e o trabalhador. O “empresário agrícola” era remunerado pela renda do solo decorrente da diferença entre seu custo de produção e o preço de venda dos bens. Este preço é determinado pelo custo de produção nos solos marginais ou de pior qualidade. Solos que não

proporcionavam qualquer renda ao agricultor, sendo os preços por ele obtidos iguais aos custos da produção. Os proprietários de solos melhores auferem uma renda resultante da diferença entre seus custos e os preços determinados pelo custo de produção nos solos marginais. Os “trabalhadores” são remunerados por salário correspondente ao mínimo necessário para sua subsistência e de sua família. O aumento da população impedia que esse nível fosse ultrapassado, exceto por curtos períodos. Quando os salários aumentavam, a população e, portanto, o número de trabalhadores, crescia, reconstituindo-se a situação inicial de salários ao nível de subsistência. O lucro dos “empresários não agrícolas” constituía um resíduo medido pela diferença entre o valor total da produção e os montantes destinados a salários e renda agrícola.

Com o crescimento populacional, solos agrícolas de qualidade cada vez mais baixa devem ser aproveitados o que, ao elevar custos e preços, determina constante elevação das rendas auferidas por proprietários dos solos de melhor qualidade. Como o salário não pode ser inferior ao nível de subsistência, eles também se elevam, em consequência dos maiores preços dos bens de subsistência. Os lucros dos empresários não agrícolas, pressionados pelos aumentos das rendas agrícolas e dos salários, declinam constantemente, até desaparecerem. Como dependia do setor não agrícola (ou, na prática, da indústria) o crescimento econômico entrava em estagnação. Esta decorrente da insuficiência do fator de produção da terra, que não é suscetível de aumento.

Após a Escola Clássica, as contribuições teóricas para a análise do crescimento econômico foram abandonadas por longo período, tendo sido retomadas somente após a Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, o interesse dos teorizadores da Economia se concentrou

no estudo dos equilíbrios geral e parcial, na exploração dos corolários do marginalismo e na identificação das causas e mecanismos dos ciclos econômicos. No que concerne à elevação do PIB a preocupação dos economistas não era com o crescimento econômico, que se supunha ocorrer espontaneamente pela simples operação do mecanismo de preços, mas sim com sua periódica interrupção pelas recessões cíclicas. Este último tema foi objeto de extensa literatura durante toda primeira metade do século XX, tendo sido gradualmente abandonado após os anos 1950, em função da análise keynesiana, que demonstrou resultarem as crises econômicas da insuficiência da demanda efetiva.

A volta do interesse pelo crescimento econômico vai acontecer somente após a Segunda Guerra Mundial, em uma evolução em que os modelos teóricos levavam inicialmente em conta somente o capital, incorporando depois, sucessivamente, o trabalho e a tecnologia. Não cabe aqui recapitular a evolução da teoria moderna sobre o crescimento econômico. Em sentido oposto, é relevante o exame das origens e causas do surgimento da Economia do Desenvolvimento.

Até a Segunda Guerra Mundial a *mainstream economics* não aceitava a existência países subdesenvolvidos no sentido presentemente dado ao termo, mas apenas que alguns países ainda não haviam ingressado no que Kuznets chamou de *modern economic growth*. O que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, mediante o simples funcionamento do mecanismo de preços. A disciplina Economia do Desenvolvimento nasceu do reconhecimento de que esse mecanismo não existia. O atraso econômico não só não se beneficiava de mecanismo de preços capazes de corrigi-lo como, salvo medidas corretoras patrocinadas pelo Estado, poderia até se agravar. A nomenclatura técnica criou assim o termo desenvolvimento, entendido como um crescimento acelerado com objetivo de eliminar o atraso econômico.

Um dos primeiros sintomas das preocupações com a distribuição de renda, que levariam a criação do termo crescimento includente, foi a tentativa de considerar desenvolvimento não como um crescimento acelerado, mas como algo qualitativamente diferente do crescimento. Crescimento designaria simplesmente uma elevação continuada do PIB, enquanto – desenvolvimento seria essa elevação acompanhada de melhoria do padrão de vida dos habitantes do País. Essa distinção nunca foi aceita pela corrente principal do pensamento econômico. Assim, nenhum economista esperaria encontrar no *International Handbook of Development Economics* de 2008 (obra em dois volumes de mais de 500 páginas cada um, envolvendo 70 autores), algo diferente de artigos sobre os meios e modos de eliminar o atraso econômico. De onde surge o nascimento do termo crescimento includente.

Crescimento includente

A característica básica de um crescimento includente se acha no fato de ele proporcionar elevação dos padrões de vida da população no mesmo ritmo que a elevação do produto *per capita*. Com respeito a esse aspecto dois pontos devem, desde logo, serem esclarecidos. Por mais amplas que sejam as políticas distributivas, elas jamais proporcionarão padrões de vida iguais aos do Primeiro Mundo, resultado que depende essencialmente, de uma política bem-sucedida de crescimento econômico. A par disso, o crescimento econômico tem mecanismo que não só garante automaticamente a inclusão, como este é indispensável ao sucesso das políticas de desenvolvimento. Deixa, portanto, de ter sentido a separação entre crescimento econômico e crescimento includente. Recapitulemos.

Ao contrário do suposto pela visão marxista, existe no crescimento clássico, historicamente registrado nos atuais países desenvolvidos,

mecanismo automático de distribuição de renda. Mecanismo que Celso Furtado chamou de “anel de *feedback*”. Em função deste, os salários aumentam em ritmo igual à elevação da produtividade do trabalho, fazendo com que o mercado se amplie na proporção necessária para garantir a continuidade do crescimento.

No crescimento retardatário atualmente em curso nas economias emergentes, as coisas se passam de forma diferente. Nele, a oferta ilimitada de trabalho, identificada por Lewis, ao pressionar para baixo os níveis salariais, impede o surgimento do “anel de *feedback*”. O que torna necessária uma ação sistemática do Governo através de medidas redistributivas, destinadas a garantir crescimento do mercado igual à expansão do PIB. Colocando a questão em outros termos, diríamos que enquanto o *welfare state* na Europa atendia a um imperativo de justiça social as medidas redistributivas no crescimento retardatário constituem condição necessária para a preservação do próprio desenvolvimento. Isso não justifica, no entanto, no caso das economias retardatárias, distinguir entre o crescimento econômico e um suposto crescimento includente, porque o sucesso do crescimento retardatário também depende da elevação dos padrões de vida. Apenas que no caso deste, contrariamente ao que acontece no crescimento clássico, esse aumento não resulta automaticamente do livre funcionamento do mecanismo de preços, mas deve ser proporcionado por políticas econômicas específicas.

As políticas de redistribuição de renda devem ser, contudo, cuidadosamente dosadas, porque representam a transferência de renda de categorias poupadoras para categorias de poupança zero. Como as poupanças são necessárias ao crescimento econômico, a redistribuição de renda tem impacto negativo sobre ele. Acontece, em sentido oposto, que a redistribuição de renda aumenta o mercado e

este gera endogenamente poupanças. Estamos, portanto, na redistribuição de renda, diante do seguinte paradoxo: enquanto ela reduz o rendimento de categorias de renda mais elevada, diminui poupanças; mas na medida em que cria mercado, ela aumenta poupanças. Isso significa que esses dois resultados devem ser levados em conta nas políticas de desenvolvimento. Política sistemática de redistribuição de renda constitui condição necessária para o sucesso das estratégias de crescimento retardatário. Ela deve, no entanto, ser conduzida de tal forma que a redução de poupança da categoria de maior renda seja compensada pela geração de poupanças decorrente das medidas redistributivas, ou do aumento do mercado por elas proporcionado.

No que diz respeito à necessidade de política sistemática de redistribuição de renda, existe gravíssimo risco a ser evitado. O objetivo final do crescimento econômico é proporcionar às populações das economias retardatárias, através da eliminação do seu atraso econômico, padrões de vida do Primeiro Mundo. Esse, contudo, é objetivo a ser alcançado em prazos médio e longo. A política redistributiva, em sentido oposto, sobretudo quando distorcidas por excessiva preocupação com a inclusão, é capaz de proporcionar ganhos imediatos em termos de padrões de vida. O que determina pressões políticas para sua rápida ampliação. Isso pode determinar impacto negativo sobre o crescimento do PIB. O trabalho a seguir citado mostra, com base na experiência brasileira, que em termos de solução definitiva para os baixos padrões de vida das economias subdesenvolvidas, o crescimento econômico é o instrumento mais importante.

Rocha e Albuquerque (2006) mostram que no período 1970-1980, em que medidas redistributivas não receberam grande ênfase, mas no qual o PIB brasileiro crescia na média anual de 8,6%, o Índice de

Desenvolvimento Social (IDS) registrou crescimento anual médio de 3,33%, enquanto no período 2000-2005, marcado por importantes medidas sociais de os Governos Fernando Henrique e Lula, com PIB crescendo na média anual de 2,74%, a taxa de incremento do IDS foi de somente 1,08%. Ou seja, quase três vezes menor que a observada na década de 1970. O rápido crescimento do PIB constitui, portanto, condicionante crítica da elevação do IDS, ou de um crescimento includente. Ou seja, se houvesse que escolher entre a aceleração do crescimento econômico e a redistribuição de renda, a preferência deveria ser concedida ao primeiro.

Castro (2011) mostra igualmente como um crescimento acelerado, mesmo sem políticas sociais significativas, é capaz de ter repercussões positivas extremamente importantes para os grupos de baixa renda. Segundo ele, no período 1960-1980, em que o Brasil registrou rápido crescimento, os 10% mais pobres do País tiveram um aumento de sua renda média de 92% e os 10% imediatamente superiores registraram um aumento de 78%. Esses bons resultados poderiam, obviamente, ser ainda maiores na existência de política sistemática de redistribuição de renda.

O grande risco decorre, portanto, de políticas redistributivas terem resultados imediatos, enquanto os efeitos de uma aceleração do incremento no PIB só aparecem a médio prazo. O desconhecimento desse fato pode levar a graves erros nas mais bem intencionadas políticas sociais. Uma estratégia correta de crescimento retardatário, política redistributiva sistemática é de fundamental importância para garantir a expansão adequada do mercado. Cumpre, contudo, evitar o grave erro de visão curtoprazista que compromete o desenvolvimento econômico para garantir ganhos sociais de caráter imediato.

Em suma, a distinção entre crescimento econômico e crescimento incluyente não tem razão de ser, dado que todo crescimento econômico em função seja do mecanismo de preços (crescimento clássico), seja de políticas econômicas específicas (crescimento retardatário) é necessariamente incluyente. Com possivelmente uma restrição. Se o crescimento econômico garante elevação proporcional dos padrões de vida, ele não garante emprego à totalidade da mão de obra que chega ao mercado, fato decorrente da tendência de as novas tecnologias serem altamente *labour saving*. Essa característica foi objeto de preocupação no passado recente, sendo deixada de lado em função da crise de 2008 e anos seguintes, em que o desemprego passou a ser atribuído a retração econômica. Esse aspecto será aprofundado mais adiante

Crescimento sustentável

Com respeito ao aspecto da sustentabilidade, o problema é diferente do anteriormente examinado. Se o crescimento econômico é necessariamente incluyente na acepção usual do termo, que não leva em conta a questão do emprego, não existem mecanismos que impeçam seu impacto negativo sobre o meio ambiente. O que, todavia, não justifica conceder prioridade ao crescimento sustentável relativamente ao crescimento econômico. Isso porque, no concernente à sustentabilidade, o fato básico considerado é ser a pobreza dos países, ou o subdesenvolvimento econômico, a causa possivelmente mais importante da degradação do meio ambiente, o que torna prioritário o crescimento econômico. No referente ao comportamento individual, McPeak (2008) afirma: “A pobreza e a degradação (do meio ambiente) são vistos como processos interligados. A pobreza leva as pessoas a degradarem o meio ambiente (...) com plantios em encostas de morros altamente sujeitas à erosão, extração de recursos tais como peixes

e lenha de áreas comuns em uma intensidade excessiva, disposição anti-higiênica e com desperdício do lixo em favelas” (p. 407).

No que concerne ao Poder Público em países subdesenvolvidos, este não dispõe de recursos para proporcionar à população rede de esgoto e de tratamento de dejetos, para disposição adequada do lixo urbano e tampouco para despoluição de rios, lagos e região costeira. A pobreza do País dificulta ou impede, outrossim, a imposição pelo Governo de normas como a obrigação de adotar equipamento anti-poluição nas atividades econômicas e veículos urbanos. Portanto, para que a preservação do meio ambiente seja satisfatória, a eliminação do atraso econômico das economias retardatárias é essencial. Ou seja, da mesma forma que no crescimento incluyente, também no sustentável o crescimento econômico constitui indispensável pressuposto. Ele é, diante disso, prioritário, cumprindo apenas levá-lo adiante com o mínimo exequível de impacto sobre o meio ambiente.

A forma de compatibilizar crescimento econômico e crescimento sustentável consiste em submeter os grandes projetos econômicos a rigorosa análise de custos-benefícios. A dificuldade é a seguinte: os impactos negativos sobre o meio ambiente dos grandes projetos são imediatos e claramente localizados, o que facilita sua identificação. Os efeitos positivos desses projetos em termos de crescimento econômico são, pelo contrário, quase sempre de prazos médio e longo, além de espacialmente dispersos. Assim, a barragem requerida por usinas hidroelétricas desloca populações locais, destrói florestas e sítios de beleza natural, tem impacto negativo sobre a fauna da região e assim por diante. Seu impacto positivo pode ser a viabilização do desenvolvimento de regiões situadas a centenas de quilômetros de distância e tornar desnecessária, a prazos médio e longo, a criação de poluidoras, ou potencialmente poluidoras, usinas termoeletricas e átomo-elétricas, o

que torna mais difícil a identificação e mensuração do impacto positivo. Além disso, o fato de o impacto negativo ambiental ser mais visível leva a opinião pública, influenciada pelos movimentos ambientalistas, a aceitar facilmente críticas a grandes projetos de importância básica para o desenvolvimento, com as consequentes pressões para serem abandonados. O que dificulta uma análise isenta da questão.

Em suma, a prioridade do crescimento econômico torna compulsória a seguinte regra: projetos essenciais para o desenvolvimento, se não existirem alternativas não poluidoras ou menos poluidoras, devem ser sempre implementados, embora com as precauções e investimentos necessários para minimizar os impactos ambientais negativos.

Crescimento zero

A ênfase excessiva concedida aos crescimentos includente e sustentável tem frequentemente contribuído para desviar a atenção dos analistas das políticas de crescimento econômico do qual dependem umbilicalmente a inclusão e sustentabilidade. E sobretudo relegou ao esquecimento a proposta de crescimento zero que constitui uma das soluções possíveis para eliminar ou minorar os potenciais aspectos negativos de um crescimento econômico indefinidamente mantido. Não se trata de ressuscitar a interpretação da Escola Clássica que considerava inevitável o colapso do crescimento econômico como consequência da explosão demográfica e escassez do solo arável. Ou a análise do Clube de Roma divulgada no relatório *The Limits to Growth*, segundo o qual a escassez de recursos naturais tornava problemática a manutenção indefinida do crescimento econômico. As objeções oferecidas a essa tese fizeram com que fosse deixada de lado nas análises posteriores.

Essa corrente heterodoxa do pensamento econômico, que teve grandes propugnadores no passado, defendia o crescimento zero. Segundo Magalhães (1974), nos anos 1960 esse movimento teve significativa repercussão na França. Os defensores do crescimento zero alegavam que sociedades primitivas tinham nível de bem estar superior ao de sociedades mais ricas. O problema destas últimas era que as necessidades cresciam no mesmo ritmo que o aumento do consumo. Os supostos ganhos do crescimento econômico seriam, assim, estritamente ilusórios.

Outra corrente colocava a questão nos termos descritos a seguir. No mundo atual o crescimento econômico deixou de ter qualquer papel positivo sobre o padrão de vida das populações. Assim, um grupo social, que 50 anos atrás estava na categoria mais baixa de rendimentos, considerava que dispunha estritamente do mínimo vital. Essa mesma categoria tem hoje rendimento muitas vezes maior e, apesar disso, continua a acreditar que dispõe do mínimo vital. Como o padrão de vida deve ser medido pelo grau de satisfação que proporciona, seria lícito concluir que o crescimento econômico não proporcionou, nesse período, qualquer ganho. Esse fato, mais os diversos impactos negativos do crescimento no meio ambiente e do progresso tecnológico da oferta de emprego, justificariam a proposta de um crescimento zero.

Em um primeiro momento, ele tomaria a forma de renda *per capita* constante através do tempo e, no momento seguinte, em que cessasse a expansão demográfica, o próprio PIB estagnaria. Inovações tecnológicas, que constituem a base do crescimento moderno, só seriam aceitas se proporcionassem substancial ganho em termos de padrão de vida e na medida em que não significassem redução na oferta de emprego. Padre Lebret, fundador do movimento de grande repercussão à época, denominado Economia e Humanis-

mo, coloca essa questão nos seguintes termos: “No seu desejo de apesar de tudo se transcender, na sua revolta contra uma situação que o quebra e o serviliza, o homem vai procurar uma consolação, uma evasão. Evasão que dá lugar a uma multiplicação indefinida de bens materiais” (p. 55). Portanto, o constante aumento dos bens materiais que caracteriza o crescimento econômico nada mais seria do que uma forma de evasão.

A grande objeção à proposta do crescimento zero se refere à situação dos países subdesenvolvidos. Dificilmente eles aceitariam, ou seria razoável para eles, manter seus baixos padrões de vida, muito inferiores aos existentes nas economias maduras. Diante disso, a proposta realista de um crescimento zero aceitaria que esses países mantivessem o crescimento até a eliminação do seu atraso econômico. Como os países desenvolvidos, supostamente aceitaram o crescimento zero, a eliminação do atraso econômico das economias retardatárias seria levada adiante de maneira mais lenta, tornando possível avaliar mais cuidadosamente o impacto negativo sobre o meio ambiente e definir, com mais precisão, a melhor forma de minimizá-lo.

A par disso, os países menos desenvolvidos poderiam ser convencidos de que não é necessário alcançar produto *per capita* igual ao dos Estados Unidos ou norte da Europa, mas que um produto por habitante do nível registrado, por exemplo, em Portugal seria amplamente satisfatório. Dada, entre outras coisas, a vantagem representada por maior oferta de emprego e melhor preservação do meio ambiente. A defesa do crescimento zero no caso dos países desenvolvidos e de uma renda *per capita* mais baixa pelos subdesenvolvidos, teria todas as condições para se tornarem importante bandeira dos defensores de um crescimento incluyente e sustentável.

A implementação concreta da proposta de crescimento zero se defronta, todavia, com sério obstáculo. Trata-se das consequências do efeito de imitação ou emulação, de grande peso na economia. Decorre ele de que os grupos de menor renda estão constantemente procurando imitar os padrões de vida dos de renda superior. A importância desse efeito na economia foi reconhecida quando se procurou explicar o seguinte paradoxo: as categorias de altas rendas são poupadoras sistemáticas enquanto os grupos de menor renda consomem a totalidade dos seus rendimentos. Dado que, no crescimento moderno, importante parcela dos grupos de baixa renda está sendo constantemente incorporada às categorias superiores (isto é, à de poupadores) como explicar a inexistência de constante aumento na percentagem de poupanças sobre o PIB? A explicação encontrada foi o efeito de imitação ou emulação. Ou seja, os que ascendem a categorias superiores de renda preferem copiar o padrão de vida do segmento superior, em vez de começar a poupar. E a categoria superior ao elevar sua renda prefere, em vez de poupar mais, adotar padrões de consumo inacessíveis às categorias inferiores. É o *snob effect*.

As categorias inferiores de renda estão sempre pressionando para chegar aos padrões de vida da alta classe média do País. E como esta tem padrões de vida igual ao dos países desenvolvidos, não só altos como rapidamente crescentes, a única forma de atender a essa reivindicação é levar as economias retardatárias ao pleno desenvolvimento, o que torna extremamente difícil a aceitação da proposta de crescimento zero.

Crescimento zero e realidade econômica brasileira

Os graves erros de política econômica, atualmente, cometidos no Brasil mostram, todavia, que, caso haja a possibilidade de aceitação do crescimento zero, essa seria uma solução. Recapitulemos.

Os analistas das mais diferentes correntes de pensamento reconhecem que o Brasil se acha a braços com o que tecnicamente se chamou de uma desindustrialização precoce. Precoce, por ser normal no crescimento moderno que, atingido certo nível de produto por habitante, o setor manufatureiro reduza gradualmente sua participação no PIB. Acontece que, atualmente no Brasil, essa redução está ocorrendo bem antes de termos atingido o produto por habitante que usualmente determina esse tipo de evolução. E o mais grave é que essa perda se revela particularmente acentuada em setores de alta e média-alta tecnologia, que proporcionam as mais elevadas taxas de valor adicionado por trabalhador e, portanto, de PIB por habitante.

Alguns poucos como Gabriel Squeff, que ainda consideram a desindustrialização brasileira um tema em debate, assinalam que a alegada desindustrialização decorre, em boa parte, de uma ilusão monetária. Assim, o preço das *commodities* agrícolas e minerais está crescendo acima da média, em consequência da demanda de países como a Índia e China, de rápido crescimento econômico e com baixa dotação de recursos naturais. O preço dos produtos manufaturados, em sentido oposto, como consequência do progresso tecnológico, tendem a crescer abaixo da média. Esses são, sem dúvida, fatos inegáveis. Mas por que os defensores da inexistência de desindustrialização não comprovam sua tese mediante cálculo simples consistente em deflacionar o preço das *commodities* e inflacionar o preço dos produtos manufaturados, mostrando que, com isso, desaparece a perda relativa

do setor manufatureiro? E mesmo que o fizessem, os dados disponíveis mostram que os investimentos planejados em *commodities* superam, de muito, os planejados para o setor industrial. Ou seja, ainda que a desindustrialização não exista no momento presente ela ocorrerá inevitavelmente em futuro não muito distante. Possivelmente mais grave são os fatos que passamos a examinar.

No âmbito da globalização da economia mundial começa-se a considerar como “vocação natural” do Brasil e de outras economias com grande dotação de recursos naturais, a especialização em *commodities* agrícolas e industriais, setores que proporcionam baixo valor adicionado por trabalhador e, portanto, baixo PIB por habitante. É o que explica a pressão dos Estados Unidos em favor da ALCA e o patrocínio da Rodada de Doha pelos países industriais em geral. A ALCA seria uma integração regional abrangendo todos os países das Américas e cuja consequência seria a renúncia pelo Brasil a setores fabris de tecnologia avançada e alto valor adicionado por trabalhador, em benefício dos Estados Unidos. A Rodada de Doha levaria ao mesmo resultado somente que a favor de todos os países desenvolvidos. A ação da Índia, e principalmente da China, é indireta e mais sutil. Sua grande demanda de *commodities* eleva o valor adicionado dos produtos do setor de *commodities* e acelera o crescimento do seu mercado fazendo com que (embora temporariamente) as duas objeções a esse tipo de especialização desapareçam (baixo valor adicionado por trabalhador e mercado em lento crescimento).

O Brasil resistiu até agora à ALCA e à Rodada de Doha, mas dentro de uma atitude meramente defensiva. Nada foi feito de positivo para evitar a desindustrialização ou no sentido de implementar uma política industrial destinada a conferir competitividade internacional a setores de tecnologia avançada. A menos que esse comportamento seja quanto

antes modificado, a especialização do País em *commodities* se tornará inevitável. O que, a prazos médio e longo, o condenará ao semidesenvolvimento. Vejamos as previsíveis consequências desse fato.

Países especializados em *commodities*, ao se esgotar a bolha decorrente da grande demanda de *commodities* dos países asiáticos, passarão a registrar produto por habitante equivalente, digamos, à metade do usufruído pelos desenvolvidos. Isso significará, sem dúvida, substancial melhoria relativamente à situação atual. Se tal for considerado satisfatório por suas populações, não haverá problema. Os desenvolvimentistas dirão que isso significa aceitar o semi-desenvolvimento, ou uma situação de mediocridade, mas os includentistas alegarão que, com isso se evitou a perda de empregos ligados a uma tecnologia mais avançada e os ambientalistas sustentarão que isso permite ao País reduzir o nível de agressão ao meio ambiente.

A experiência aponta, contudo, em sentido diferente. As camadas menos favorecidas do País especializado em *commodities* tomarão conhecimento, através dos modernos meios de comunicação e dos níveis de consumo de sua alta classe média, da existência de padrões de vida bem mais elevados e passarão a reivindicá-los. Diante do elevado peso eleitoral desse grupo, tais reivindicações não poderão ser ignoradas. Mas tampouco poderão ser atendidas diante das dimensões do PIB nacional. O provável caos econômico, político e social decorrente de tal situação dispensa comentários.

O problema deixaria, contudo, de existir se uma campanha bem conduzida tivesse levado à aceitação no País do crescimento zero. Como vimos anteriormente, um dos corolários básicos dessa aceitação seria os países subdesenvolvidos aceitarem produto por habitante inferior ao registrado nos desenvolvidos. Dir-se-á, talvez, que o crescimento

zero é uma utopia significando, quando muito, uma curiosidade acadêmica? Contra isso lembrariamos que a pregação ambientalista, a quem se pode fazer a mesma crítica, tem hoje larga aceitação e nas suas manifestações extremadas defende, na prática, um crescimento zero. Mais importante, todavia, é que recentemente se passou a contestar o desejo de um crescimento econômico entendido como contínua elevação do PIB, o que abre caminho à aceitação do crescimento zero. Embora essa tendência não tenha apoio significativo nos trabalhos acadêmicos, ela já vem encontrando aceitação na imprensa.

A ideia é a de que o importante não é a crescente disponibilidade de bens e serviços decorrente do incremento do PIB, mas o nível de felicidade proporcionado pela economia. Volta-se, em última análise, à tese de que o padrão de vida deve ser medido pelo grau de satisfação dele decorrente. Eliana Cardoso, em artigo no *O Estado de S. Paulo* intitulado “O PIB e a Felicidade”, citando uma literatura técnica, defende essa posição. Começa por lembrar que o PIB inclui a publicidade do cigarro mas não subtrai a poluição do ar, inclui a cachaça e a ambulância que recolhe as vítimas de motoristas bêbedos e não as horas que perdemos nos congestionamentos de trânsito e assim por diante. E conclui: “Se a moda da pesquisa sobre a felicidade se firmar entre os economistas, dentro de 30 anos teremos uma série temporal com observações suficientemente numerosas para rejeitar a hipótese de que o crescimento do PIB aumenta a felicidade.”

Zuenir Ventura, no artigo intitulado “A Vez do Brasil”, citando um sociólogo italiano, aceita a tese de que não existe progresso sem felicidade. E concorda com a tese desse autor de que o Brasil se acha particularmente bem preparado para reconhecer e tirar as consequências desse fato. A revista *The Economist* no artigo “Free Exchange – the Real Wealth of Nations” não defende propriamente o crescimento

zero mas critica a adoção do PIB para medir o padrão de vida. A medida correta seria a riqueza das nações.

Talvez não seja excessivo afirmar que a ideia do crescimento zero começa a ser aceita em algumas partes do mundo. O Japão pode constituir o primeiro exemplo desse tipo de evolução. Esse país registrou, no passado, o caso mais claro da capacidade de gerar crescimento econômico. Em meados do século XIX era não só país subdesenvolvido, mas com traços culturais típicos da Idade Média. Pelo fim do século, já não podia ser considerado país subdesenvolvido. E apesar disso, nos últimos 10 anos sua economia vem sendo vitimada por uma estagnação crônica. Uma das medidas radicais adotadas pelo Governo, para corrigir essa situação, foi a de elevar significativamente o poder aquisitivo da população. Medida equivalente a remeter um cheque para cada habitante do país. Supunha-se que, com isso, se aumentaria o consumo, com impacto positivo sobre a economia. O que aconteceu foi que a população japonesa, em vez de gastar mais, preferiu aumentar suas poupanças.

O fracasso dessa medida, bem como de todas as outras destinadas a eliminar a estagnação por meio do aumento da demanda, não pode ser interpretada como estarem os habitantes do país satisfeitos com seu padrão de vida? Não significaria o aumento de poupanças precaução de mantê-lo, mesmo em condições pouco favoráveis que porventura viessem a ocorrer? O problema do Governo japonês parece ser, em suma, ele não reconhecer que o país optou por crescimento zero. O artigo supracitado do *The Economist* apoia essa interpretação ao mostrar que o Japão se acha entre os três únicos países que hoje garantem a contínua manutenção do seu nível de riqueza. Não seria isso mais um reflexo da satisfação com o nível de crescimento atingido e, portanto, com um crescimento zero daí por diante? Ou seja, come-

ça a ganhar força ao lado do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) dos includentistas um Índice da Felicidade Humana (IFH). Se o IDH, como vimos, ganha com a elevação do PIB, o aumento do IFC ganha, segundo tudo indica, com o menor crescimento do PIB. Ou seja, a aceitação da proposta do crescimento zero pode não ser tão difícil de vingar como parece à primeira vista. O fato de que o crescimento acelerado nas economias emergentes, segundo Dani Rodrik, em seu artigo "Adeus aos Milagres de Crescimento", não voltará a ocorrer e as dificuldades da União Europeia para voltar a crescer são públicas e notórias, não estariam gerando condições para a aceitação da proposta de crescimento zero?

Uma observação final é, contudo, importante. A aceitação geral da tese de crescimento zero é importante para o Brasil diante da sua aparente incapacidade de se opor às forças que o estão conduzindo a uma especialização em *commodities*. Ainda assim, o País não pode cruzar os braços e ignorar os erros de política econômica que estão nos conduzindo ao semidesenvolvimento. Vimos, anteriormente, que se no caso da aceitação generalizada do crescimento zero os países desenvolvidos podem zerar imediatamente sua taxa de crescimento econômico, o mesmo não vale para os subdesenvolvidos. Esses devem continuar a crescer até alcançar padrões de vida razoável. O nível existente em Portugal foi proposto como meta. Ora, o PIB brasileiro se acha hoje em US\$11 mil e o português em torno de US\$25 mil. Ou seja, para o Brasil o crescimento zero pode eventualmente ser objetivo de prazo médio. No curto prazo, deverá continuar a crescer e para tanto deve corrigir seus graves erros atuais de política econômica.

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL. *The growth report: strategy for sustained growth and inclusive development*. New York: [s.n.], 2008.
- CARDOSO, Eliana. O PIB e a felicidade. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-pib-e-a-felicidade-,913025,0.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- CASTRO, Antônio Barros de. *O desenvolvimento brasileiro da era Geisel ao nosso tempo*. Rio de Janeiro: INAE, 2011.
- DUTT, Amitava Krishna; ROSS, Jaime. *International handbook of development economics*. Cheltenham: Edward Elgar Pub., 2008.
- FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GUELLEC, Dominique; RALLE Pierre. *Les nouvelles théorie de la croissance, la découverte*. Paris: La Découverte, 2003.
- KUZNETS, Simon. *Economic growth*. London: Yale University Press, 1966.
- LEBRET, L. J. *Montée humaine*. Paris: Editions Ouvrières Economie et Humanisme, 1951.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supply of labour. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *The Economics of Underdevelopment*. Glasgow: Oxford University Press, 1958.
- MAGALHÃES, J. P. A. *Economia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

McPEAK, J. *The environment and development*. In: DUTT, A. K.; ROSS, J. (Org.). *International Handbook of Development Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

MEADOWS, D. H. *Limits to Growth*. New York: Universe Books, 1972.

ROCHA S.; ALBUQUERQUE, R.C.; VELLOSO, J. P. R. (Org.) *A questão do emprego: mais ocupação e renda com justiça social*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

RODRIK, D. Adeus aos milagres de crescimento. *Valor Econômico*. São Paulo, 20 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5034>>. Acessado em: 9 jan. 2012.

SQUEFF, G. C. *Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro*. Brasília: IPEA, 2012.

THE REAL wealth of nations. *The economist*. Free Exchange. 30 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21557732>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

VENTURA, Z. A vez do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2012.

Palestra pronunciada em 28 de agosto de 2012

Conselho Técnico da CNC

Contribuição do Conselheiro Ernane Galvêas à conferência do professor João Paulo de Almeida Magalhães, em 28/8/2012

A meu ver, não cabe aprofundar a obsessão de os países pobres alcançarem o padrão de vida dos países ricos. A distância entre uns e outros sempre vai existir. Os países são diferentes uns dos outros, como os seres humanos. A Natureza fez uns homens mais fortes, mais inteligentes, mais ativos que outros. É dever do Estado minorar os efeitos naturais dessas desigualdades, mas não de superá-las. O mesmo se dá com os países. Uns são mais bem dotados que os outros, em recursos naturais, em educação, na qualidade dos Governos. Alguns países africanos, por exemplo, jamais terão o padrão de vida dos europeus ou dos americanos.

É importante perseguir altas taxas de crescimento econômico para que toda a população economicamente ativa possa ter acesso a um emprego decente. Entretanto, na medida em que diminui a taxa de natalidade, o PIB *per capita* não precisa crescer 5%, 6% ou 7%. Vejamos o caso do Japão, onde a população não cresce e basicamente todos os habitantes já desfrutam do maior conforto moderno: têm casa, carro, televisão, telefone celular, geladeira, fogão a gás; as cidades tem água corrente, esgoto sanitário e energia elétrica. Portanto, não tem mais espaço para crescer, a não ser acompanhar as inovações tecnológicas. Segundo o IBGE, a população do Brasil está crescendo a uma taxa anual abaixo de 1%.

Sempre haverá brasileiros mais pobres que os brasileiros mais ricos. No prédio em que resido, trabalham quatro porteiros de baixa renda. Lá

moram: um embaixador, um desembargador, um ministro da Fazenda aposentado e vários empresários. É óbvio que os porteiros jamais serão embaixadores, desembargadores ou ministros. É uma questão natural e não há igualdade possível, no horizonte de um século.

Para o Brasil, o crescimento do PIB acima de 2% ou 3% não vai fazer o brasileiro mais feliz. O problema tem de ser encarado por outro ângulo, que não o da obsessão do crescimento econômico. O objetivo da igualdade de acesso ao mercado de trabalho e da garantia do pleno emprego continua sendo, a meu ver, a primeira prioridade do Estado. Isso depende, essencialmente, da qualidade do Governo.

Resposta do Conselheiro João Paulo de Almeida à contribuição do Conselheiro Ernane Galvêas

Gostaria de começar agradecendo os comentários do Conselheiro Ernane Galvêas que sempre me ajudaram a aperfeiçoar (ou reformar) algumas de minhas posições. Acredito mesmo que a ciência econômica não progride no Brasil por não haver discussão das teses propostas. Quanto ao seu último comentário, me permito as considerações abaixo.

Não há dúvida que a Natureza fez homens mais ou menos bem dotados, o que torna inevitável a diferença de padrões de vida entre eles. Vejamos, porém, o que sucede entre países.

Se admitimos que as diferenças entre eles implica em diferenças de padrões de vida, a situação do Brasil seria excelente. Em termos de dimensões do seu mercado interno, abundância de recursos naturais e equilíbrio população/território, desfrutamos de condições excepcionalmente favoráveis para o desenvolvimento. Ou seja, equivalentes

à dos Estados Unidos e certamente muito superiores às dos países asiáticos. Portanto, o padrão de vida brasileiro deveria ser bastante superior ao destes últimos.

A esse respeito, ocorre-me uma observação relevante. Quando eu estudava na França, em meados dos anos 1950, meus professores dividiam as economias de baixa renda em capazes de eliminação do seu atraso econômico e as que não tinham condições de escapar da pobreza. No primeiro caso, estavam certamente a América Latina e possivelmente a África e no, segundo caso, a Ásia. Diante do estrondoso fracasso da previsão quanto a estes últimos, acredito que a tese mais aceitável é de que todos os países são capazes de escapar do subdesenvolvimento. Quando muito, os mais bem dotados alcançariam renda *per capita*, digamos, 10% ou 20% superior aos menos favorecidos. O que não excluiria o fato de serem igualmente desenvolvidos. E quando se constata que o Japão tem produto por habitante igual ao dos Estados Unidos, me pergunto se mesmo essa diferença é necessária.

Outro ponto importante da posição que defendo é ser a eliminação do atraso econômico não somente necessária, mas urgente. Vejamos inicialmente porque é necessária. Suponhamos que um determinado país subdesenvolvido chegue a uma renda *per capita* igual a 50% da de países desenvolvidos. Se todas as categorias sociais usufruíssem igualmente de padrão de vida 50% inferior ao dos desenvolvidos, talvez não houvesse grandes problemas. A população do país compreenderia, por exemplo, que se operações de ponte de safena são corriqueiras nos países desenvolvidos, eles simplesmente não poderiam se dar a esse luxo, o que valeria para todas as classes sociais do país.

Sucedem que em países subdesenvolvidos os ricos e a alta classe média têm padrões de vida iguais aos do Primeiro Mundo. Ou seja, todos podem fazer ponte de safena. Os grupos de menor renda pelo efeito de imitação ou *demonstration effect* passam a exigir o mesmo. Tal como já acontece hoje no Brasil onde qualquer cidadão tem direito a esse tratamento em hospitais públicos. Em suma, como a população do País reivindica padrões de vida iguais ao da alta classe média, e esta tem padrões de vida do Primeiro Mundo, o desenvolvimento no sentido de eliminação do atraso econômico não é questão de escolha, mas de necessidade.

A eliminação do atraso econômico é, além disso, urgente. Isso porque os grupos de menor renda constituem a grande maioria dos eleitores do País sendo, portanto, capazes de eleger a maioria do Legislativo. Maioria que procura atender as aspirações de seus eleitores, por meio de medidas de caráter redistributivo, capazes de comprometer a própria viabilidade econômica do País. A solução é, portanto, um crescimento acelerado, capaz de viabilizar, no menor prazo possível, o atendimento dessas reivindicações. Existe, evidentemente, a solução antidemocrática dos países árabes, que acredito ninguém defende no Brasil.

Uma observação final. Alguns analistas, entre os quais meu amigo Hélio Jaguaribe, alegam ser satisfatório um crescimento em torno de 5% ao ano, porque em 20 anos teríamos padrão de vida igual ao do Sul da Europa. Acontece que, no fim desse período, o padrão de vida dos países daquela região seria muito mais elevado, continuando o problema do efeito imitação.

Essas são as considerações que desejava fazer sobre sua nota.